

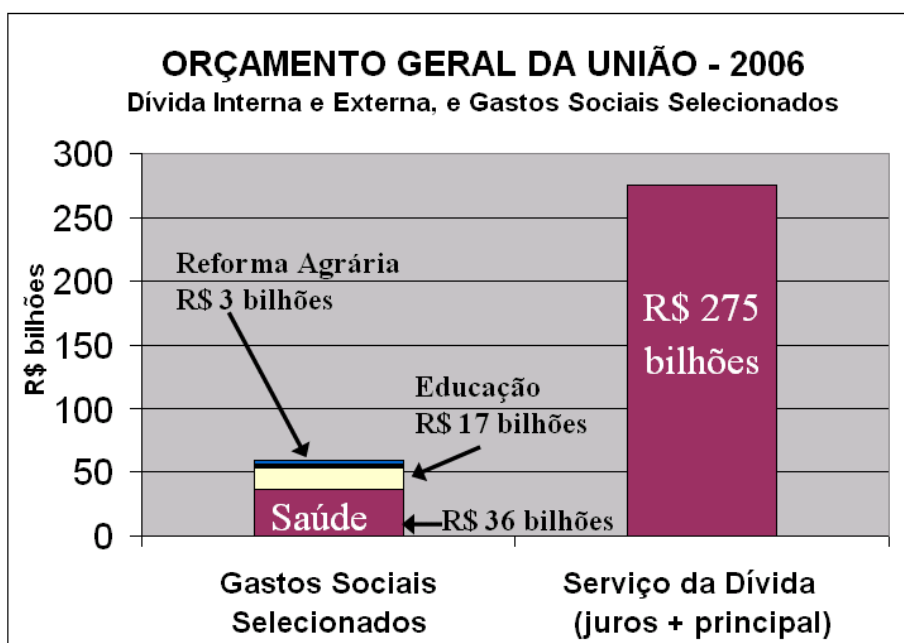


Março de 2007

DÍVIDA PÚBLICA EM 2006: UMA SANGRIA NUNCA ANTES VISTA NA HISTÓRIA

Em 2006, o país sofreu uma sangria nunca antes vista na história. Os gastos federais com juros e amortizações das dívidas interna e externa atingiram nada menos que R\$ 275 bilhões, valor este equivalente a 36,7% do Orçamento de 2006. Parece impossível acreditar que esta fortuna, que beneficia uma elite de rentistas, foi muito maior que todos os gastos em 2006 da Previdência Social (R\$ 193 bilhões), que atenderam a 24,2 milhões de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social e suas famílias, além de mais de um milhão de servidores públicos federais inativos e seus pensionistas. O gráfico mostra como os gastos com a dívida em 2006 foram muitas vezes superiores aos gastos destinados a importantes áreas sociais.

Enquanto o governo e a grande mídia continuam divulgando que o endividamento não é mais problema, a dívida continua explodindo. Em janeiro de 2007, a dívida interna atingiu R\$ 1,2 TRILHÃO, e a dívida externa US\$ 192,5 BILHÕES! Conforme explicamos no jornal anterior (de julho de 2006), os pagamentos antecipados ao FMI e outros credores estrangeiros representam, na verdade, uma troca de dívida externa por interna, que possui juros mais altos e prazos mais curtos. Além do mais, a chamada dívida “interna” é a nova face da dívida externa, uma vez que também possui credores estrangeiros.



Fonte: Orçamento Geral da União

PAC: Programa de Atendimento aos Credores

Dia 22 de janeiro de 2007, o Governo Federal anunciou o PAC (“Programa de Aceleração do Crescimento”), que prevê a limitação por 10 anos dos gastos com os servidores públicos, a limitação do reajuste do salário mínimo a índices pífios até 2011 e a criação do “Fórum Nacional da Previdência Social”, que visa propor uma nova Reforma da Previdência, para retirar mais direitos duramente conquistados pelos trabalhadores. Enquanto limita pesadamente os gastos sociais, o PAC não traz limite algum aos gastos com a dívida pública, razão pela qual o PAC representa, na realidade, um verdadeiro “Programa de Atendimento aos Credores”.

Para maiores detalhes sobre o PAC, ver artigo “Programa de Atendimento aos Credores”, na página www.divida-auditoriacidada.org.br/artigos

Por um Haiti livre e soberano - sem ocupação militar e econômica!

A Dívida Haitiana, assim como a brasileira, é marcada por ilegitimidades de todo tipo, que se iniciaram assim que o país se tornou independente, no início do século XIX. A França puniu este país com um bloqueio econômico de dez anos, que só terminou quando o Haiti pagou 150 milhões de francos ouro (US\$ 22 bilhões em valores atuais) em compensação pela perda de seus escravos. Além do mais, 45% da dívida haitiana foi contratada durante ditaduras cruéis, com a cumplicidade dos que emprestaram o dinheiro. Ou seja: a dívida do Haiti foi imposta com a força das armas, portanto é ilegítima, e não deve ser paga. Os emprestadores, dentre eles as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs, como o FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Mundial) devem ser responsabilizadas também por todos os danos causados ao povo haitiano que, por causa da dívida externa, não pode usufruir de serviços públicos de qualidade. Os hospitais públicos são péssimos, a educação é, em sua maioria, privada, e o povo sofre com todo o tipo de carências, pois grande parte dos recursos públicos são direcionados para a dívida. Qualquer semelhança com o Brasil não é mera coincidência.

Além do mais, assim como o Brasil, os recursos naturais do Haiti também foram saqueados pelos “colonizadores” europeus. Posteriormente, no início do século XIX, tropas americanas invadiram o país e roubaram todas as reservas de ouro do Banco Central haitiano. Ou seja: na realidade, o Haiti é credor de uma dívida histórica, ecológica e social, devida pelos países do norte.

Atualmente, o Haiti sofre uma ocupação militar, comandada pelos países ricos e executada por vários

países, dentre eles o Brasil. Esta ocupação militar serve para combater as mobilizações sociais pela melhoria das condições de vida e contra o pagamento da dívida. Para apoiar esta luta dos movimentos sociais haitianos, delegação da Campanha Jubileu Américas esteve no país em outubro de 2006, com integrantes de vários países, dentre eles o Brasil. Na ocasião, se constatou mais uma vez que a ocupação militar interessa sobretudo



Movimentos Sociais haitianos promovem manifestação em Porto Príncipe, Haiti

aos Estados Unidos - que têm horror a ver um país tão próximo ser tomado pelo poder popular - e atenta contra a soberania do país e os direitos humanos. São várias as denúncias com relação a atuação das tropas: tiroteios e mortes, massacres em favelas, abuso sexual de crianças e mulheres e uma sistemática repressão aos simpatizantes do deposto presidente Aristides. Segundo dados coletados por grupos e ativistas dos direitos humanos, entre 26/10/2004 e

20/08/2005, aproximadamente 246 haitianos e haitianas foram mortos/as pelas tropas e pela Polícia Nacional Haitiana (PNH). A maior parte dos assassinatos foram cometidos em bairros periféricos onde estão concentrados os opositores do governo imposto pelos EUA, França e Canadá, e garantido pela ONU. O número das mortes pode ter sido muito maior, pois não há uma contagem confiável da ONU e da PNH.

Portanto, esta ocupação militar, executada pelo Brasil, deve ser motivo de grande vergonha para nós, brasileiros. Cabe a nós lutarmos para que o Brasil e todos os outros países retirem suas tropas de nosso país irmão, que não necessita de armas, mas de mudança na política econômica e respeito aos direitos humanos. Participe da Campanha de Solidariedade ao Haiti !

O ENGODO DA PROPOSTA DE ANULAÇÃO DA DÍVIDA DO HAITI COM O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

Em abril de 2006, o BID anunciou a intenção de anular a dívida externa da Bolívia, Guiana, Honduras, Nicarágua e Haiti reivindicada pelo Banco. Porém, não se trata de anulação, mas de apenas redução da dívida. E, para que algum país receba este “benefício”, terá de implementar as reformas anti-sociais impostas pelas Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), que têm causado tantos impactos nefastos nestes países.

Em novembro de 2006, a Campanha Jubileu Sul Américas enviou duas cartas ao BID, solicitando, dentre outras coisas, a anulação incondicional, total e imediata destas dívidas, e a participação das organizações e movimentos sociais nas discussões sobre a proposta. Porém, o BID simplesmente respondeu que não irá permitir a participação da sociedade nestas discussões! As organizações do Jubileu Sul Américas continuarão pressionando o banco e governos para que suas demandas sejam atendidas.

As Dívidas Ecológicas Brasileiras

Somos credores de uma dívida histórica, ecológica e social, devida pelas classes dominantes do Sul e do Norte

Por Roberto Malvezzi (Gogó)

Desde que derrubaram o primeiro pau Brasil, a história dessa árvore é a história desse país, tanto no nome como no destino. Ali se iniciara a essência predadora da civilização brasileira, que parece não ter fim enquanto não derrubar a última árvore, contaminar o último rio e devastar o último palmo de solo.

Hoje nos restam apenas 7% da Mata Atlântica, 30% do Cerrado, 30% da Caatinga, 70% da Amazônia. Não sabemos o que resta do bioma Pampa. Junto com a devastação das matas vai a biodiversidade e muitos de nossos mananciais de água.

As últimas falas do presidente Lula, ao afirmar que “negros, índios, ambientalistas e Ministério Público” – as vítimas principais desse processo histórico - são os entraves do país, deixam nítido que o entendimento de desenvolvimento do presidente segue a lógica inaugural da civilização brasileira. Para pessoas que pensam assim, desenvolver é depredar. Trocar a biodiversidade por uns quilos de soja é uma irracionalidade, inclusive econômica, mas não o é para quem precisa arrecadar dólares no exterior para pagar a dívida ou facilitar a vida quem precisa desses dólares para inserir-se no consumo mundial. Mesmo após a emergência da consciência ecológica no final do século passado, os chamados agentes do desenvolvimento continuam pensando e procedendo da mesma forma. É preciso destravar a cabeça do presidente.

Nesse sentido as dívidas ecológicas brasileiras só tendem a aumentar. Hoje, grande parte de ambientalistas e Ongs preferem ficar num ambientalismo de franjas, sem atacar a essência do modelo.

O resgate das dívidas ecológicas é pensado e defendido por pessoas e grupos consequentes. Estão no Brasil ou em qualquer canto do mundo. São inconformados com o modelo produtivista e consumista dos tempos atuais. Entretanto, mesmo vencendo batalhas pontuais, estamos perdendo a guerra. Os predadores estão ganhando. Aliás, nenhum de nós está preparado para viver realmente num outro tipo de civilização, onde a vida vem em primeiro. Se já era difícil para muita gente conceber a existência numa sociedade socialista, muito mais inimaginável é imaginar a vida numa sociedade onde todas as formas de vida têm seu lugar. Ainda mais complicado é aceitar que nossa vida depende da teia de relações da comunidade da vida. Essa é uma revolução sem precedentes na história da humanidade. Nesse sentido, as comunidades indígenas que ainda restam são as únicas que ainda tem algo a nos ensinar.

Entretanto, por bem ou por mal, teremos mudanças inimagináveis na civilização global e nós não escaparemos dessas mudanças. É o que chamamos de crise civilizatória, com mudanças nos fundamentos da civilização. Porém, crise não é um fenômeno necessariamente ruim. Pelo contrário, pode ser a oportunidade de um novo modo de vida para a humanidade, realmente mais humano, mais respeitoso do planeta, mais fraterno, muito melhor de se viver. Mas não chegaremos ao novo sem passar pela crise. Aqueles que apostam sua vida nesses novos valores são os profetas da civilização que ainda vai nascer.



Roberto Malvezzi é agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Frente Parlamentar pela Auditoria da Dívida Pública

Está em processo de formação no Congresso Nacional a Frente Parlamentar pela Auditoria da Dívida Pública, que terá por objetivo a realização da auditoria da dívida externa prevista na Constituição Federal de 1988. De iniciativa da Deputada Luciana Genro (P-SOL/RS), esta Frente Parlamentar lutará também pela auditoria da “dívida interna”, uma vez que esta última tem sido contraída para viabilizar os pagamentos da dívida externa, repleta de ilegalidades. A Frente Parlamentar também questionará a dívida dos estados e municípios, que os tem impedido de garantir serviços de qualidade à população, como saúde, educação e assistência à criança e adolescente. Todas estas dívidas são um caso de usura, uma vez que cresceram devido a juros altíssimos, e estão inter-relacionadas, uma vez que servem ao pagamento de outras dívidas também ilegítimas.

As “Cláusulas de Ação Coletiva”: Ameaça à Soberania

A partir de 2003, o Brasil passou a adotar as chamadas “Cláusulas de Ação Coletiva” (CACs) em TODOS os títulos da dívida externa. Estas cláusulas, que fazem parte das exigências do FMI, definem que os detentores de 75% do valor da dívida poderão definir os termos da renegociação, cujo Foro será em Nova Iorque, o que caracteriza desrespeito à soberania. Ainda mais absurda que a própria CAC foi a recente resposta do Ministério da Fazenda a requerimento de informações da senadora Heloísa Helena (P-SOL/AL), que solicitava o conteúdo das CACs: *“Relativamente ao conteúdo das cláusulas vigentes sobre os bônus, as informações serão complementadas posteriormente, tão logo concluído o processo de de tradução dos contratos”*. Ou seja: além de não revelar o conteúdo das cláusulas, ainda revelou que os contratos foram assinados em língua estrangeira.

A Dívida Argentina e os Fundos de Pensão: Efeito Orloff?

Em 2005, a Argentina decretou uma redução de 75% no valor de sua dívida com os credores privados. Enquanto os bancos estrangeiros e grandes investidores - que acompanham diariamente o mercado e assim previram a crise argentina - já tinham enviado seu dinheiro para o exterior em 2001, os que mais sofreram com essa medida foram justamente os trabalhadores, que haviam sido forçados pelo governo argentino a aderirem aos fundos de pensão. Estes fundos, que agora estão sendo estimulados no Brasil pelas sucessivas reformas da Previdência, aplicam a maior parte de seus recursos em investimentos de risco, como Bolsa de Valores e títulos da dívida pública. Assim, quando a dívida pública explode e o governo não consegue mais pagá-la, o mico sempre cai nas mãos dos trabalhadores, uma vez que os grandes credores sabem exatamente a hora de sair de determinado investimento.

REDE JUBILEU SUL/BRASIL Rua Abolição, 227 - 2º andar - Bairro Bela Vista São Paulo – SP - CEP 01319-010 Fone: (11) 3112-1524 / Fax: (11) 3105 9702 www.jubileubrasil.org.br/ jubileubrasil@terra.com.br	AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA SCS Supercenter Venancio 2000, Bloco B-50, sala 417 Brasília – DF Fone: (61) 8147-1196 www.divida-auditoriacidada.org.br/ / auditoriacidada@terra.com.br
--	--

Apoio: CAFOD, MANOS UNIDAS